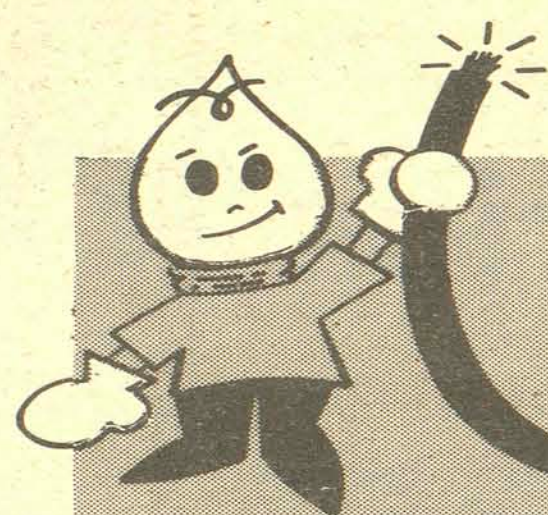


A reunião dos contratados da ELETROSUL com o sindicato será no dia 06/04, às doze horas. O local da reunião será confirmado posteriormente.



O JORNAL ELETRICITÁRIO

SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DE FPOIS

JORN. RESP. DRT/RS 6166

ANO I nº 5

30/03/88

Em função dos feriados da Semana Santa, o próximo LINHA VIVA circulará na quinta-feira (dia 7) e não na quarta-feira, como é de costume.

Fim da UPR: mais um golpe contra salários e estatais

O fim da UPR para os funcionários públicos e empregados de estatais é um fato praticamente consumado. O governo afirma que vai reduzir o déficit público e, assim, “fazer bonito” nas próximas negociações com os banqueiros do FMI. O pacote pretende reduzir o déficit público e conter a hiperinflação, mas ataca o alvo errado e só vai conseguir aprofundar a recessão, com mais desemprego, menos produção, menores salários, etc...

ESTATAIS

Mas todos sabem que os velhos chavões do tipo “salário aumenta o déficit” não têm respaldo na realidade. O que aumenta o déficit público são as negociatas, os privilégios e as corrupções. Muitas estatais são inviabilizadas pela sua própria administração, com venda de produtos a grupos multinacionais por preços abaixo do custo de produção.

MEDIDAS

Entre as principais medidas previstas para os próximos dias estão o fim da UPR (pelo menos nas estatais e administração direta), que

representa o congelamento dos salários, corte de algumas despesas no setor público (salário) e redução nos juros. Há quem fale em congelamento de preços, pelo menos da cesta básica. Mas tudo isso é uma reprise mal feita do falido Plano Bresser, que só conseguirá piorar as coisas, já difíceis para os trabalhadores.

ENGODO

É interessante perceber que o “congelamento” da UPR vai reduzir em 40% a folha de pagamento das empresas. Porém, esta economia sequer cobre o pagamento dos juros apenas das letras do Banco Central. Assim, vemos que esta medida de arrocho tem dois objetivos: fazer demagogia com os salários dos trabalhadores e avançar no sentido da privatização das estatais.

PRIVATIZAÇÃO

O governo está mesmo decidido a acabar com as estatais. Até a grande imprensa noticia que corretores das bolsas de valores do Rio e São Paulo estão sendo treinados para atuarem nos leilões de ações de estatais, que são parte do processo e “reversão da dívida externa em títulos”. Ora, isso é vender as empresas!!!

O que querem cortar

- 1 — Excluir dos acordos “cláusulas não econômicas”.
- 2 — Participação nos lucros, ainda que sob forma de resultado de balanço.
- 3 — Adicional de produtividade, prêmio-assiduidade e assemelhados
- 4 — Auxílio-Moradia, Auxílio-Natalidade, Auxílio-Casamento, e assemelhados.
- 5 — Empréstimos, financiamentos e adiantamentos de qualquer tipo.
- 6 — Prêmio-Aposentadoria, Salário-Família, complementação, etc...
- 7 — Desconto nos preços ou tarifas de bens e serviço.

Mailson quer arrocho e fim de conquistas históricas

O Ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega enviou, recentemente, ao Presidente da República uma “exposição de motivos”, onde sugere medidas drásticas que atingem, especialmente, funcionários públicos e empregados de estatais.

Mailson quer proibir as estatais, “sob pena de responsabilidade patrimonial do diretor infrator”, de conceder e manter direitos adquiridos como a participação nos lucros



Mailson: aprofundando o arrocho

(ainda que na forma de resultado de balanço), adicionais de produtividade, auxílio-natalidade, salário-família e outros... (veja o quadro).

Estas medidas estão prestes a serem

adotadas pelo governo e determinam, na prática, que, nas datas-bases, para os acordos coletivos, todas as negociações deverão acontecer **não mais com as empresas** mas com o CISE - Conselho Interministerial de Salários das Estatais e o Ministério de Minas e Energia. Além disso, nas negociações de acordo, a orientação é para que seja concedido apenas o IPC, deduzidas todas as URPs e adiantamentos já recebidos.

Clima de mobilização em todo o Brasil

A mobilização em defesa dos salários e das estatais atinge trabalhadores de todo o país. Ninguém quer ver a situação ficar pior do que está, com salários mais archoados e as estatais privatizadas.

No dia 24 de março, empregados de estatais de todo o Brasil estiveram mobilizados, inclusive com várias paralisações, passeatas e atos públicos. Em São Paulo, os eletricitários já decretaram estado de greve caso sejam implantadas as medidas que estão sendo cogitadas.

CUT e CGT não descartam a possibilidade de uma **Greve Geral** contra o pacote.

A HORA DA VERDADE

Neste momento estão em jogo conquistas históricas dos trabalhadores (como as PLs). Uma resposta eficiente dos assalariados só repercutirá se for unificada nacionalmente. Mais do que nunca é necessário que se rompa com

os limites de cada empresa, de cada luta específica, para barrar esta política que reúne todos os trabalhadores na deteriorização das condições de vida.

COMANDO NACIONAL

Uma articulação de todas as entidades sindicais ligadas à estatais, montou a Coordenação Nacional de Luta, formada pela CUT, CGT e outras entidades, para reunir informações de todo o país e organizar a mobilização.

Na próxima semana divulgaremos o Calendário de Lutas elaborado por uma Plenária de Entidades Sindicais vinculadas à estatais, que vai orientar a luta em todo o Brasil.

EM FLORIANÓPOLIS

Em Florianópolis a Assembléia dos Eletricitários do dia 28/03 deliberou pela realização de uma outra assembléia tão logo o governo divulgue as medidas.

Assembléia define ruptura com Federação dos Urbanitários

Repúdio à estrutura sindical vigente foi a tônica da reunião que optou por não vincular a entidade a uma Central Sindical.

A Assembléia Geral realizada no dia 28/03 deliberou pela ruptura com a Federação Nacional dos Urbanitários, repudiando assim a estrutura sindical vigente. Ao mesmo tempo, a assembléia discutiu a necessidade de fazer uma ampla mobilização nacional de defesa das estatais e dos salários e contra as medidas econômicas que estão por vir.

A categoria foi firme em caracterizar a Federação como uma expressão viva da estrutura sindical autoritária e que tem como órgão máximo o Ministério do Trabalho. Foi afirmada a necessidade de estruturar o Movimento Sindical horizontalmente, fazendo da participação de todos a base para

a construção de um sindicalismo combativo.

FALCATRUAS

Entre os argumentos que defenderam a ruptura com a Federação, que foi aprovada por unanimidade, foram lembradas várias suspeitas sobre a administração da verba da Federação, que corresponde a arrecadação do Imposto Sindical mais as mensalidades dos sindicatos filiados.

A Assembléia repudiou o Imposto Sindical, que é descontado compulsoriamente de todos os trabalhadores (mesmo os não sindicalizados) na forma de um dia de trabalho. Esta verba é dividida em 20% para o Ministério do Trabalho, 5% para as Confederações, 15% para as Federações e 60%

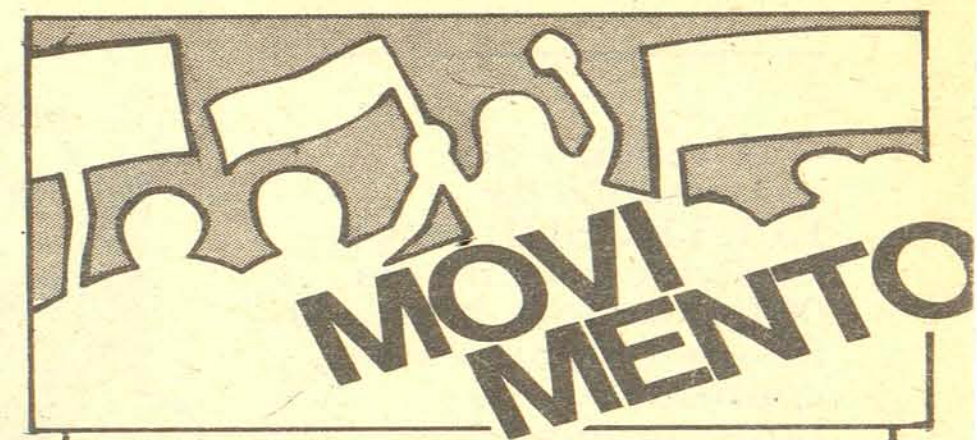
para os sindicatos. Foi lembrado que esta verba é um instrumento de atrelamento do Movimento Sindical ao Estado.

AVANÇO

Esta atitude da categoria é mais um avanço que se sucede ao fim do assistencialismo, revelando a preocupação dos eletricitários em construir um sindicalismo combativo e de luta.

CENTRAIS SINDICAIS

A Assembléia também deliberou pela não filiação a uma Central Sindical. A proposta de filiação foi derrotada por nove votos, ficando o indicativo de que o Sindicato continue estimulando o debate sobre o tema.



Campanha Salarial

Os empregados da CASAN, cuja data-base é no mês de maio, entram em campanha salarial na próxima semana. No dia 29/03 aconteceu uma assembléia geral, às 19:00 hs, onde foi aprovada a pauta de reivindicação, para ser entregue à Empresa no mês de abril. Segundo cálculos do DIEESE, a perda salarial da categoria, desde o último dissídio, é de 113,15%, fora o IPC integral e a produtividade.

Estado de Greve I

Os eletricitários de São Paulo entraram em estado de greve no dia 23 de março, em assembléia geral. Eles garantem que vão paralisar se for extinta a URP nas estatais. No Dia Nacional de Lutas em Defesa das Estatais os eletricitários paulistas estiveram paralisados na ELETROPAULO e CESP.

Estado de Greve II

Na assembléia ocorrida dia 23/03, alunos e professores da UFSC entraram em Estado de Greve, a fim de pressionar o Reitor a desobedecer o decreto que proíbe a contratação de professores. Faltam 147 professores para as aulas acontecerem normalmente. Na terça-feira (29/03) aconteceram assembléias acadêmicas e uma assembléia geral, cujo resultado não obtivemos antes do fechamento da edição.

PL-83:

Presidente da ELETROSUL não define posição



Intersindical e Paulo Melro

A PL-83 da ELETROSUL só será paga mediante orientação, neste sentido, do CISE. Foi esta a afirmação do presidente da Empresa, Paulo Melro, na reunião com a Intersindical, no dia 23/03.

Melro admitiu que alguns empregados já conquistaram o pagamento na justiça: "fiquei sabendo pelo LINHA VIVA, mas só estenderei aos demais se houver orientação superior", garantiu.

Esta situação de indefinição tem vínculo claro com o pacote de "redução do déficit público", se encaixa na intenção de aprofundar o arrocho nas estatais, e com a política econômica do Governo.

DESCONTO

O presidente da Empresa e seu Diretor Administrativo, afirmaram, na mesma reunião, que a ELETROSUL vai prosseguir descontando as URPs adiantadas na ocasião do Acordo Coletivo por "falta de recursos".

FELIPÃO

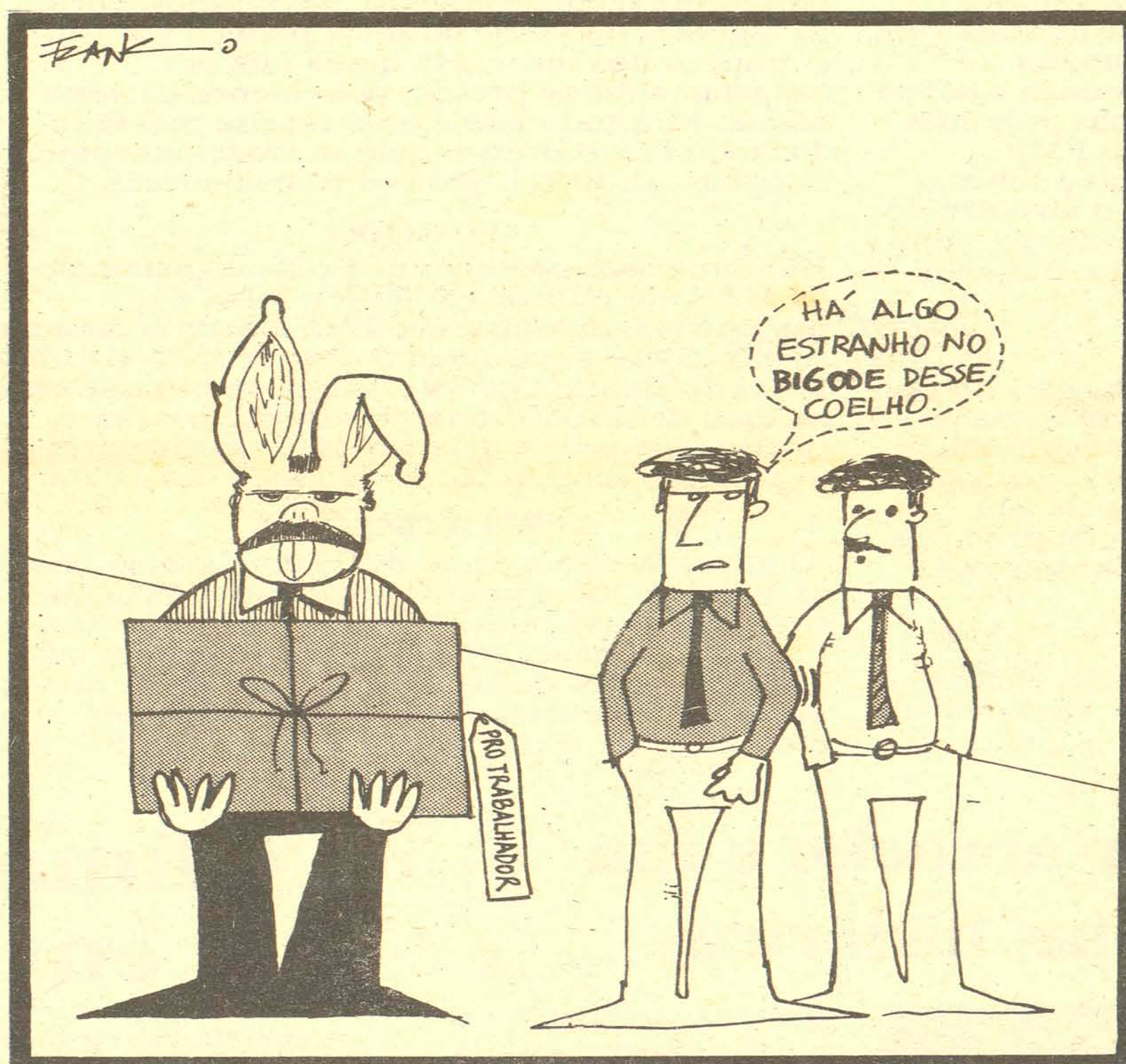
A Intersindical solicitou esclarecimento sobre o "empréstimo Felipão", mas recebeu evasivas como resposta. Para o pre-

sidente Melro, é um problema de competência da ELOS, e a empresa só vai intervir se for constatada a ilegalidade da concessão. Mas as irregularidades não são flagrantes?

O Sindicato está solicitando que os empregados que tiveram empréstimos, em condições semelhantes ao "Felipão", negados pela Fundação, a levarem os documentos até a entidade para comprovar a existência de privilégio. Depois disso a intersindical solicitará o afastamento dos membros do Conselho de Curadores da ELOS.

OUTRAS AÇÕES

Ainda sobre a PL-83, as ações "Antônio Augusto Chaise Borges e outros 829" e "Manoel Leite Cavalcanti e outros 957" encontram-se no Tribunal Superior do Trabalho, em grau de recurso, uma vez que foram indeferidas da Junta de Conciliação e Julgamento de Fpolis e no Tribunal Regional do Trabalho/SC. O primeiro processo deu entrada no TST em 20/10/87 e o segundo em 18/01/88. Não há data prevista para o julgamento.



Produtividade 84:

Ainda não há solução para o pagamento

O pagamento da Produtividade de 1984, na CELESC, ainda depende do Poder Judiciário. Os Sindicatos estão acompanhando de perto todos os passos do processo e tentando agilizar ao máximo a sua tramitação.

A cláusula da Produtividade já foi votada a favor dos empregados, mas algumas

cláusulas do processo do Dissídio de 1984 ainda não foram julgadas, o que impede a publicação da

íntegra da sentença. A Assessoria Jurídica da Intersindical permanece atenta para tomar

todas as providências no sentido de termos com a maior brevidade o pagamento dos 4%.

DENTISTAS CONVENIADOS

Rodney da Cunha — Av. Rio Branco, 144, sala 12
Mário Gabriel Abreu — Pres. Coutinho, 41, fone: 22-1194
Rosana Machado da Cunha — Felipe Schmidt, 27, sala 701
DESCONTOS DE 35% em serviços gerais e 25% em prótese

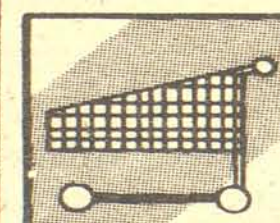
INDICADORES DO DIEESE

01/02/88 a 29/02/88



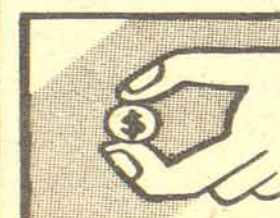
AUMENTO DO CUSTO DE VIDA POR FAIXA SALARIAL

1 a 3 Salários -	15,26%
1 a 5 Salários -	15,44%
1 a 30 Salários -	16,59%



CESTA BÁSICA DE FLORIANÓPOLIS

- Cz\$ 2.855,12



SALÁRIO MÍNIMO NECESSÁRIO

- Cz\$ 25.781,82